

## LISBOA, PATRIMÓNIO E IDENTIDADE

PAULO OLIVEIRA RAMOS

«Une nation est une âme, un principe spirituel. Deux choses [...] constituent cette âme [...]. L'une est dans le passé, l'autre dans le présent. L'une est la possession en commun d'un legs de souvenirs, l'autre est dans le consentement actuel»

*E. Renan, 1882*

«Consta [...] que brevemente sera celebrado em Lisboa o centenário da Índia; e da compreensão que temos desse feito culminante da nossa história marítima daremos ao estrangeiro um testemunho definitivo, mostrando o monumento que comemora tal façanha, envolto, como nas dobras de um crepe, pela fumaçada de uma fábrica, que nos mesmos lhe pusemos ao pé, para o desonrar»

*R. Ortigão, 1896*

### I

Desde pelo menos o século XVIII que os monumentos antigos são considerados como um bem inestimável por quase todas as culturas.<sup>1</sup> Entre nós, D. Rodrigo Anes de Sá Meneses e Almeida, o 1º marquês de Abrantes, esboçou em 1721 uma primeira justificação para esta *nova* realidade ao providenciar para «se conservarem os monumentos antigos que podem servir para ilustrar, e testificar a verdade da [...] História [...] aos passados restaurando-lhes a memória; aos presentes, mandando-lha comunicar, e preservando-a para os futuros».

Na ressaca liberal – nomeadamente dos decretos de 1832 e de 1834 que extinguíram as Ordens Religiosas e determinaram que os seus bens passassem para o Estado – Alexandre Herculano define monumento(s) como «a história petrificada de um povo».<sup>2</sup> O autor de *Monumentos Pátrios* (1838) precisaria, noutra passagem, o que para si se apresentava como capital na questão patrimonial: «importa a arte, as recordações, a memória de nossos paes, a conservação de cousas cuja perda é irremediável, a gloria nacional, o passado e o futuro».<sup>3</sup> Agentes destacados da institucionalização de uma consciência patrimonial entre nós – que designaram em 1898 como «uma sacrossanta

cruzada - a *Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes* buscou, desde os seus primórdios a -conservação dos monumentos nacionaes, dos quaes muitos sao padroes de glorias imorredouras, outros a consagração de factos simples de caracter historico [...] que convem conservar na sua fôrma material a perenne recordação-.<sup>5</sup> Nesse mesmo ano, no preâmbulo ao plano orgânico dos Servicos de Monumentos Nacionais, é revelado um trio de valores que os bens architectónicos para serem classificados como monumentos devem oferecer: «valor de antiguidade, sendo coevos dos antepassados extinctos, [valores] históricos, recordando glorias de passadas epopéas, quer, enfim, [valores] artisticos, demonstrando as facultades estheticas nacionaes».<sup>6</sup> Pedro de Azevedo, num numero d'*O Archeologo Português* já publicado em tempos republicanos, diz-nos, por seu lado, que «as melhores e mais verdadeiras páginas da História sao os monumentos-’ por traduzirem, nas várias epocas, a psicologia dum povo, o seu estado mental e moral, a curva sofrida pela sua civilização e pelo seu desenvolvimento».<sup>7</sup> isto porque têm «uma fala as pedras, que se repercute pelos séculos fora, sempre com a mesma eloquência sincera, sempre com o mesmo brilho suggestivo. O Parténon e todo o esplendor da Grécia de Péricles, como o Circo todo o desvairamento sensual e brilhante do império romano da decadência, como o Escorial e a sintese da Espanha fanática de Felipe II, e Mafra a época magnifica e galante, perdularia e artistica do nosso D. Joao V-».<sup>8</sup> Para o Estado-Novo os «nossos Monumentos Nacionais-» sao sobretudo «padroes imorredouros das glórias pátrias [ou] opulentos mananciais de heleza artistica»<sup>9</sup> desejando o autor desta frase - o eng.º Henrique Gomes da Silva, que esteve à frente da *Direcção Geral dos Edificios e Monumentos Nacionais* entre 1929 e 1960 - que «eles possam influir na educação das gerações futuras, no duplo e alevantado culto de religião da pátria e da arte».<sup>11</sup>

Apesar das várias matizes destes encômios e, de haver sempre, «em tôda a parte, ainda nos mais abandonados recantos da provincia [...] onde existe um monumento, um homem que pelo menos o ama, que o estuda, que o compreende»<sup>12</sup>, os monumentos - independentemente de serem realizações modestas ou grandes criações - foram, com frequência, alvo de manifestações de «vandalismo»<sup>13</sup>, descrito em 1721 pelo antes citado 1.º marquez de Abrantes, como a «barbara voracidade dos circunvisinhos, que mais activa, que a do tempo, desfez aquillo mesmo, a que elle em tantos seculos havia perdoado».<sup>14</sup> Apesar de estar ainda hoje por fazer o «cadastro da selvajaria nacional»<sup>15</sup> lembraria, neste momento, seguindo *O Culto da Arte em Portugal* de Ramalho, «de entre os diferentes desastres com que se desonra e enxovalham os nossos monumentos-», as depredações cometidas na «ponte, em parte romana, em parte gótica- de Ponte de Lima, visando «desafogar a vista sobre as duas margens do rio»: «bota abaixo [d]a bela torre gótica de Santa Maria de Marvila-», em Santarém, «para o fim único de deixar o terreno sem coisa alguma em cima, e ser por essa razão uma praça- ou

o derrube da colunata do eirado no castelo de Leiria para dar campo a um efeito de luminárias e de pirotecnia.<sup>16</sup>

Olhar um caso paradigmático desta dualidade conflitual surgido durante a nossa investigação, permite-nos tentar articular, de seguida e, ainda que esquematicamente, as três palavras que titulam este texto: Lisboa, património e identidade.

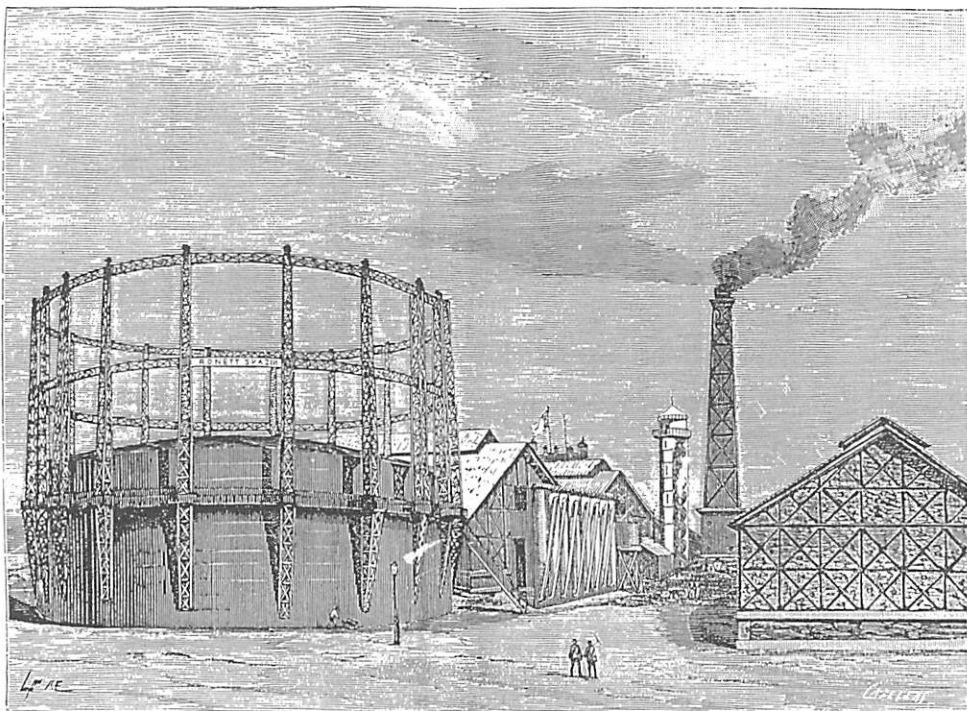
## II

Destacando-se claramente do panteão dos monumentos nacionais<sup>17</sup> localizados na capital, de par com o Mosteiro dos Jerónimos e o Castelo de S. Jorge, a Torre de S. Vicente, em Belém, foi, ao longo dos séculos, alvo das frases mais apolegéticas. Para o autor de *O Culto da Arte em Portugal*, a Torre de Belém corporiza «o mais peregrino entre os mais belos monumentos da nossa arquitectura».<sup>18</sup> Ramalho acrescentará que «a esbelta silhueta rendilhada do mais sugestivo padrão da nossa glória militar e marítima, já não emerge da areia loura do Restelo, em deslumbradora apoteose, na vasta luminosidade do céu e da água, destacando-se das colinas de Monsanto, como a alvura de uma hóstia em elevação se destaca do fundo de um retábulo esmeraldado, em altar de ouro fulvo, sob uma abóboda azul. Sacrossanta pela sua expressão moral, como a imaculada estalactite, formada à beira do mar pela concreção misteriosa de todas as lágrimas, de saudade, de ternura, de consternação e de entusiasmo, choradas por um povo de embarcações; sacrossanta na sua forma artística, como aquele dos monumentos de Portugal, em que o génio lusitano da Renascença mais expressivamente se revela como dominador da Índia».<sup>19</sup>

Mas, para a Torre de Belém, também existe o outro lado da moeda. Logo no século XVI viu levantarem-se os «quartéis filipinos» junto ao alçado S., e em 1827 ela apresentaria um tão triste aspecto, que Garrett dela disse ser o «primeiro edital que está logo à entrada de Lisboa para dizer ao estrangeiro que chega: - aqui moram bárbaros!».<sup>20</sup> O momento mais alto de vandalismo teria contudo lugar quando «a incúria indígena, o desleixo característico, a indiferença [...] consentiu, sem uma campanha, o estabelecimento daqueles painéis que dia a dia a insultam, vomitando-lhe sobre os caprichosos ornatos a baba destruidora da sua fumarada».<sup>21</sup> Dois anos marcaram esse assalto à Torre de Belém: 1887 quando a Câmara Municipal de Lisboa abre concurso para o fornecimento de gás de iluminação pública e particular<sup>22</sup>; e 1888, ano em que se realiza em Lisboa a importante Exposição Nacional das Indústrias Fabris, e é erguida a Fábrica do Gás. Esta ocuparia cerca de 40.000 m<sup>2</sup>, existindo mesmo informações de que os concessionários desejavam instalar os escritórios da fábrica na própria Torre.<sup>23</sup>

Regresso a Ramalho, denunciando em 1896 esta deplorável situação: a Torre de Belém emparceira-se com a chaminé do mais vil e sórdido barracão a qual sacrilegamente a cuspinha e enodoa com salivadas de um fumo espesso, gorduroso e indelevel, como se a incomparável jóia desse mármore, que o sol português carinhosamente sobredourara pelos afagos de três séculos, houvesse sido tao subtilmente cinzelada pelos artistas manuelinos para escarrador de mariolas, por cima do qual todavia ainda algumas vezes, em dias de gala, se desfralda e tremula o pavilhão das quinas, mascarrado de carvão como um xexé de entrudo.<sup>24</sup>

Apesar deste alarme, segue-se década e meia de apatia geral.<sup>25</sup> Até que em 1910 – e como no campo patrimonial se passaram coisas interessantes nesse ano – é apresentada em sessão da Câmara Municipal de Lisboa (8 de Fevereiro) uma proposta no sentido da concessionária ser intimada a remover daquele lugar a Fábrica do Gás. A proposta é renovada em 25 de Agosto e 15 de Setembro. Em 1911, a autarquia lisboeta intenta uma acção às Companhias, dado estas se terem recusado a desocupar o terreno. No ano seguinte, dias antes do julgamento, a imprensa lança uma campanha violenta contra a permanência da Fábrica do Gás em Belém. Sabemos que, entretanto, a *Sociedade dos Arquitectos Portugueses* vai em peregrinação à Torre e a *Sociedade Nacional de Belas Artes* reúne



Gazometro da Nova Companhia-Gaz de Lisboa- in *O Occidente*, 21.05.1889  
(Dezenho do natural por L. Freire)

extraordinariamente. Mas, talvez como seria de esperar, as Companhias Reunidas ganham em tribunal. A Torre de Belém permanecerá cercada – por vários anos – pela Fábrica de Gás, mas, contudo, a contestação não parará nos tempos seguintes. A partir 1914, as actas das sessões da *Secção de Arqueologia Lisbonense* (estudadas por Francisco Santana e Joaquim Parro) referem, com razoável frequência, alguma discussão no interior da *Associação dos Arqueólogos Portugueses* sobre o problema da manutenção da Fábrica do Gás junto à Torre. Em 1917 a *Academia das Ciências de Lisboa* manifesta-se, fazendo Júlio Dantas fazer uma intervenção acalorada, tendo também usado da palavra Lopes de Mendonça e Teixeira de Queiroz<sup>26</sup> e ficando «a mesa encarregada de fazer valer, por tôdas as formas este protesto da Academia junto dos poderes públicos».<sup>27</sup> No biénio seguinte, a *Revista de Turismo* publica, abundantemente, sobre a «afronta à Torre de Belém».

### III

Ao rastreamos os caminhos perseguidos por esta polémica na segunda década do nosso século, podemos perceber que foi com o beneplácito da República entretanto instalada – e cõscia do «desleixo [dos antigos dirigentes] a deixar perder a quasi totalidade do que, através de sucessivas depredações, nos restava ainda, no meado do século XIX, do nosso já então reduzidissimo património artistico»<sup>28</sup> – que se assistiria ao envolvimento dos olissipógrafos, mesmo ao despertar da patrimoniologia de Lisboa que, cremos, senão centrada na defesa da Torre de Belém, pelo menos animada pela questão da sua salvaguarda. Os principais passos dados no campo patrimonial prenderam-se, não só com a criação em 1912 de uma secção de «*Archeologia Lisbonense*» no seio da *Associação dos Arqueólogos Portugueses*,<sup>29</sup> mas também com inovadoras acções de rua, como um comício ao ar livre contra a demolição do Arco de Santo André (1910)<sup>30</sup>; com outro nas ruínas do Carmo, a abarrotar de «lisboetas conservadores»,<sup>31</sup> em defesa do Rossio «típico» contra o Rossio universalista; além de se poderem ver olissipógrafos de destaque «feitos cartazeiros, de escada e lata de goma [...] a pregar cartazes nas esquinas e nos cafés de Lisboa».<sup>32</sup>

Data também desta década o interessante plano de Gustavo de Matos Sequeira destinado à inventariação monumental de Lisboa, apresentado na sessão de 2 de Julho de 1913 da *Secção de Arqueologia Lisbonense*<sup>33</sup>; bem como a organização de exposições, destacando-se a *Exposição Olissiponense* (1913) e os subsequentes esforços para estabelecer o Museu da Cidade de Lisboa.<sup>34</sup>



in *Diario de Noticias*, 28.08.1919

#### IV

Não queremos encerrar este texto, tão lacunar, sem lembrar o papel representado pela Torre de Belém, enquanto bem material, político, mas também simbólico e afectivo. Mas talvez seja a sua função mnemónica - ao representar para a comunidade um papel duplamente decisivo de mediação interpessoal e de cimento identitário - a que mais ressalta dos textos estudados. Resta saber de que comunidade falamos quando falamos da Torre de Belém: de uma comunidade do tamanho da cidade que a acolhe, em primeiro lugar; ou de uma outra, da dimensão

de um país, como reclama a *Revista de Turismo* quando escreve em 1918: «Mas é bom notar que a Torre de Belém não é só dos lisboetas – Esse magestoso monumento pertence a todos os portugueses: é uma jóia valiosíssima da nossa imperecível coroa de glórias, e como tal tem de ser estimada com o maior carinho e com os cuidados que requer toda a obra que representa um símbolo, uma época, uma epopeia ou, simplesmente, possa marcar um trecho da arte nacional».

Apesar da sua importância para a identidade da cidade – e também do próprio país – demolir as afrontosas instalações das Companhias Reunidas de Gás e Electricidade, vulgarmente conhecidas sob a designação de Fábrica de Belém, não foi empresa fácil. Na verdade, só em 1928 se estabeleceria, por decreto,<sup>35</sup> a sua remoção para um outro local, junto ao Povo do Bispo. Todavia, em 1932, nos *Ecoss de Belém* ainda se escrevia:

«Não tenhamos ilusões. Demolir o famoso gazómetro é tarefa árdua e difícil. Tam difícil como convencer o camarada António Ferro que o seu *Estandarte* não tem valor, evitar que o Sr. Júlio Dantas nos fale da «Severa» ou tentar que o Dr. Manuel Heleno penteie o seu cabelo rebelde.

Uma só solução se nos apresenta: – pedir ao sábio Dr. Leite de Vasconcelos que passe pelo local do *crime* e mande remover aquela jóia arquitectónica para o nosso Museu Etnológico».<sup>36</sup>

## Notas

<sup>1</sup> O processo de classificação é, contudo, posterior. Sobre Portugal, Gabriel Pereira (*Monumentos Nacionaes*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1909, p. 20) escreveu a propósito: «A nossa primeira classificação dos monumentos nacionaes não é de origem official, é devida a uma modesta, patriótica e desinteressada associação que tem a sua sede nas ruínas do Carmo; é a *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. Villena Barbosa apresentou uma relação dos monumentos nacionaes em 1880. A relação tem servido de base a trabalhos modernos considerada por muitos como lista official. Em 1904 o Conselho de Monumentos Nacionaes, ou a sua Commissão executiva, a fez reimprimir com o titulo *Subsidios para a classificação*».

<sup>2</sup> Cf. nota infra 6.

<sup>3</sup> Alexandre Herculano, «Monumentos II», in *O Panorama*, vol. II, (70), 1838, p. 276.

<sup>4</sup> Fundada em 1863 e autorizada em 1864.

<sup>5</sup> *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, vol. 1-2, 3ª Série, Tomo VIII, 1898, p. 4.

<sup>6</sup> Direcção Geral de Obras Públicas, Plano Organico dos Serviços de Monumentos Nacionaes, in *Diário do Governo* nº 294, de 30 de Dezembro de 1898.

<sup>7</sup> Pedro A. de Azevedo, «Monumentos Nacionais», in *O Archeologo Português*, vol. XIX, (1-6), Lisboa, Imprensa Nacional, 1914, p. 184.

<sup>8</sup> Idem, ibidem.

<sup>9</sup> Idem, ibidem.

<sup>10</sup> Henrique Gomes da Silva, «Monumentos Nacionais: orientação técnica a seguir no seu restauro», in *Boletim da Direcção geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Set. 1935, (1), p. 19-20.

<sup>11</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>12</sup> Ramalho Ortigão, *Obras Completas de Ramalho Ortigão, Arte Portuguesa I*, 182.

<sup>13</sup> Marie-Anne Sire, entre outros autores franceses, lembra que esta palavra foi usada pela primeira vez em 1794, pelo abade Grégoire, que escreveria nas suas *Mémoires*: «Je créai le mot pour tuer la chose» (ver, *La France du Patrimoine. Les choix de la Mémoire*, Paris, Gallimard, 1996, p. 20). Louis Réau, por seu lado, precisaria a data da sua utilização: um relatório apresentado à Convenção em 14 do Frutidor do ano III (31 de Agosto de 1794). Ver, *Histoire du Vandalisme. les monuments détruits de l'art français*, Paris, Robert Laffont, 1994, p. 9.

<sup>14</sup> Na mesma passagem, D. Rodrigo Anes reconheceria, com clarividência, «que a ignorância, e a negligência são duas feras devoradoras mais activas, que o mesmo tempo».

<sup>15</sup> Pedro A. de Azevedo, *op. cit.*, p. 184.

<sup>16</sup> Ramalho Ortigão, *op. cit.*, pp. 63-67.

<sup>17</sup> A Torre de Belém faz parte do segundo bloco de monumentos nacionais classificado antes mesmo do Decreto de 16 de Junho de 1910 em que o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, corroborando o trabalho de dez anos do Conselho de Monumentos Nacionais, publicaria a lista oficial que classificava como monumentos nacionais um elevadíssimo número de monumentos – mais de quatro centenas e meia. A Torre de Belém foi classificada pelo decreto de 10 de Junho de 1907 (*Diário do Governo* nº 14, de 17 de Janeiro), numa lista de 14 edifícios notáveis, dos quais cinco localizavam-se na cidade de Lisboa (Sé, Mosteiro de Belém, Basilica da Estrela, Igreja do Carmo e a Torre de S. Vicente).

<sup>18</sup> Ramalho Ortigão, *op. cit.*, p. 96.

<sup>19</sup> Idem, p. 197.

<sup>20</sup> Nota de Almeida Garrett ao Canto Primeiro de *Camões*.

<sup>21</sup> Pedro A. de Azevedo, *op. cit.*, p. 183.

<sup>22</sup> Sabemos que foram publicados anúncios em jornais de Paris, Londres, Bruxelas e Berlim, tendo a concessão sido feita à única concorrente, a *Société Anonyme d'Éclairage du Centre*, empresa de Bruxelas. Posteriormente é constituída a *Gás de Lisboa* que se fusionaria, mais tarde, com a *Companhia Lisbonense de Iluminação a Gás*, dando origem a uma nova sociedade – *Companhias Reunidas Gás e Electricidade* (1891).

<sup>23</sup> *Revista Municipal*, 1940, I, p. 69

<sup>24</sup> Ramalho Ortigão, *op. cit.*, pp. 97-98.

<sup>24</sup> Releve-se a acção da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes. Ver, como exemplo, uma intervenção de Rosendo Carvalheira, estampada no *Boletim* da referida associação (4ª Série, Tomo X, nº 9, 1905, pp. 491-493)

<sup>26</sup> Sessão de 26 de Julho. Ver Academia das Ciências de Lisboa, *Boletim da Segunda Classe*, vol. XI, 1916-1917. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918, pp. 665-667.

<sup>27</sup> Idem, p. 667.

<sup>28</sup> Decreto nº 1 do Governo da Republica Portuguesa, in *Diário do Governo* nº 124, de 29 de Maio de 1911.

<sup>29</sup> Proposta feita – e aprovada – na Assembleia Geral da AAP de 13 de Maio de 1912. O proponente, J. A. Ganhado, sugeriu de imediato que a «presidência de honra» desta secção deveria ser dada a Júlio de Castilho e que do seu núcleo inicial deveriam fazer parte José Queirós (presidente), Matos Sequeira (secretário) e os seguintes vogais: Ascensão Valdez, D. José Pessanha, F. S. O'Sulivand, A. C. Mena Júnior, Victor Ribeiro para além do próprio.

<sup>30</sup> Leia-se, a propósito, «Um Benemerito Appêlo» publicado por Júlio de Castilho no *Diário de Notícias* de 16 de Março de 1910.

<sup>14</sup>Ver Gustavo de Matos Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, vol. III, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1967, p. 113.

<sup>15</sup>Idem, ibidem. O cartaz citado era assim referido pela *Revista de Turismo* (Ano IV, (79), 1919, p. 55): «não podemos deixar de fazer menção aos cartazes mostrando a Torre de Santa Maria de Belem, n'um fantástico dourado sob um fundo pitoresco, que a Associação dos Arqueólogos Portuguezes mandou afixar por todos os logares da cidade, sob a divisa de *Salvemos a Torre*».

Essa manifestação, se bem que patrioticamente intencionada, não representa mais do que um novo brado platónico a juntar aos muitos que tem já ecoado por este ambiente de ideias sonhadores.

- De positivo - nada mais-.

Este tom de desânimo era já visível em Ramalho: «Ministérios de todos os diversos partidos políticos se revezam consecutivamente no poder, sem que nenhum dêles pareça atentar em um tal descuido, expressão viva do mais abandonado rebaixamento a que, perante as suas tradições históricas e artísticas, podia chegar a degeneração de uma raça. Por seu lado o parlamento e a imprensa são insensíveis à responsabilidade de tais sevícias, porque esses dois poderes do Estado, enrascados na baixa intriga partidária, imobilizados nela, como um exame de pardais numa bola de visco, de há muito que perderam o sentimento de nacionalidade e a noção de pátria, relaxando completamente aos arqueólogos, aos poetas e aos artistas a única legítima representação, desinteressada e altiva, do espírito português» (op. cit., p. 97).

<sup>16</sup>Plano destinado à inventariação monumental de Lisboa, por áreas, assim estruturado: 1ª classe - cruzeiros, arcos históricos e chafarizes; 2ª classe - brasões de armas, nichos, registos de azulejos monumentais, relógios de sol, lapides e inscrições e janelas e portas ornamentais; 3ª classe - templos, palácios, edifícios públicos e particulares, casas típicas e memoráveis, 4ª classe - vestígios de cercas e fortificações, muralha fernandina e joanina. As áreas teriam, resumidamente, a seguinte distribuição: 1º Belem e Ajuda - Ribeiro Cristino; 2º Alcântara, Necessidades, Lapa, Janelas Verdes, Santos, Mocambo e Madragoa - Matos Sequeira; 3º Estrela, Santa Isabel, Campo de Ourique e Fonte Santa - Gusmão Navarro; 4º Bairro Alto e Jesus - José Queirós; 5º Chagas, Santa Catarina, S. Paulo, Conde Barão, Esperança - Soares O'Sullivan; 6º Príncipe Real, Praça da Alegria, Rato, Amoreiras, Baixa da Avenida e Campolide - Matos Sequeira; 7º Chiado, Carmo, Trindade, Corpo Santo - José Queirós; 8º Baixa - Luis Bettencourt; 9º Poço do Borratém e S. Domingos - idem; 10º Intendente, Mouraria, Olarias, Arroios e Penha de França - Nogueira de Brito; 11º Pena e Encarnação, S. Sebastião da Pedreira - Matos Sequeira; 12º Bemposta, Estefânia, Socorro - Costa Veiga; 13º Alfama e Castelo - Jesuino Ganhado; 14º S. Vicente, Graça, Santa Apolónia - Ornelas; 15º Sete Rios, Benfica, Lumiar, Luz, Telheiras e Carnide - Mena Júnior.

<sup>17</sup>Ver Jaime Lopes Dias, «O Museu da cidade de Lisboa», in *Revista Municipal*, ano III, n.º 11-12, 1942, pp. 35-49.

<sup>18</sup>Decreto-lei nº 25.726

<sup>19</sup>A demolição da Fabrica, quanto sabemos, só se concretizaria em meados do século, tendo ficado, graças à arte fotográfica, registada *pro memoria*.